

## UMA BIOGRAFIA SEM NINGUÉM: REFLEXÕES ACERCA DA BIOGRAFIA *GETÚLIO VARGAS: O PODER E O SORRISO* (2006)

Marcelo Hornos Steffens  
Professor Associado I  
Universidade Federal de Alfenas  
Doutor em História  
Universidade Federal de Minas Gerais  
[mhornossteffens@gmail.com](mailto:mhornossteffens@gmail.com)

**Resumo:** O presente texto discute a biografia *Getúlio Vargas: o poder e o sorriso*, do historiador Boris Fausto (2006). Busca-se analisar no conteúdo da biografia suas aproximações e distanciamentos em relação à historiografia, a incorporação ou não das novas discussões que envolvem a renovação da História Política e da escrita biográfica, dentre os quais, os compromissos e marcas que assinalariam as preocupações do historiador com uma narrativa mais ou menos verossímil, bem como com uma noção ampliada dos possíveis usos de escritas deste gênero, superando as limitações impostas pelas narrativas macro-históricas e pela visão estruturalista da história. Com esta análise pretende-se contribuir no aprofundamento de discussões teóricas e metodológicas sobre a utilização deste gênero de escrita na produção do conhecimento em história.

**Palavras-chave:** Teoria da História; Biografia; Historiografia; Getúlio Vargas; Boris Fausto

**Abstract:** The present paper discusses the biography *Getúlio Vargas: o poder e o sorriso*, by Boris Fausto historian (2006). The objective is analyze this biography, the approximations and deviations in relation to historiography, the incorporation or not of further discussions involving the renewal of political history and the biographical writing. This is, the commitments and brands that would signal the concerns of the historian with a narrative more or less believable, as well as an expanded notion of the possible uses for writing this genre, overcoming the limitations imposed by macro-historical narratives and the perspective of history structuralist. This analysis is intended to contribute to the deepening of theoretical and methodological discussions about the use of this genre of writing in the production of knowledge in history.

**Keywords:** Theory of History - Biography - Historiography - Getulio Vargas - Boris Fausto

**Texto recebido em:** 29/06/2018  
**Texto aprovado em:** 30/11/2018

O presente texto tem a intenção de discutir a biografia *Getúlio Vargas: o poder e o sorriso*, do historiador Boris Fausto (FAUSTO, 2006). Neste artigo, dou continuidade a uma tarefa iniciada no doutorado (STEFFENS, 2008) na qual teci reflexões sobre outras oito biografias de Getúlio Vargas escritas em momentos distintos e nas quais busquei avaliar e refletir sobre seus autores, sobre as aproximações ou distanciamentos das biografias em relação à historiografia do período, sua temática, bem como, com os compromissos dos biógrafos, considerando sua formação profissional e acadêmica, com as marcas que assinalariam a preocupação com uma narrativa mais ou menos verossímil.

No caso da obra de Boris Fausto, lançada em 2006, ela não havia entrado em minhas reflexões por absoluta falta de tempo e das exigências de cumprimento de prazos que caracterizam o funcionamento do sistema de financiamentos da pós-graduação no país. De alguma forma, então, o retorno a esse texto é o pagamento de uma dívida que tinha comigo mesmo, e que espero quitar da forma mais produtiva possível.

Sobre o autor, Boris Fausto, seu reconhecimento nacional como historiador é unânime. Dono de uma extensa produção bibliográfica, artigos acadêmicos, textos em jornal, mereceu - dentro do projeto *Intelectuais do Brasil* - a análise de alguns livros de sua obra em *Leituras críticas sobre Boris Fausto*, realizada por Ângela de Castro Gomes (GOMES, 2008).

Mas, enfim, como se sairia um historiador do porte de Boris Fausto na escrita de uma biografia e, especialmente de uma biografia de Getúlio Vargas, um dos personagens mais importantes e controversos da recente história brasileira e sobre o qual já haviam sido escritas dezenas de outras biografias?

Mais recentemente, o mundo acadêmico tem reconhecido a escrita biográfica como uma forma bastante rica de se apresentar as complexidades das formas de organização social, política e cultural, no sentido de rearticular as relações entre análises macro e microestruturais, como também entre sujeitos coletivos e sujeitos individuais. Nesse movimento, a Nova História Política teve papel fundamental ao colocar em questão o domínio de uma visão estruturalista iniciada no século XIX e que se estendeu pela maior parte do século passado.

Conforme Roger Chartier, somente a partir dos anos de 1960 é que a história estruturalista, dominante, que almejava “identificar as estruturas e as relações que, independentemente das percepções ou intenções dos indivíduos, comandam os mecanismos

econômicos, organizam as relações sociais, engendram as formas de discurso” (CHARTIER, 1994, p. 101), sofre profundo questionamento. Marcado, segundo Chartier, pela emergência de novos pressupostos como os trazidos pela micro-história, que

pretende construir, a partir de uma situação particular, normal porque excepcional, a maneira como os indivíduos produzem o mundo social, por meio de suas alianças e seus confrontos, através das dependências que os ligam ou dos conflitos que os opõem. O objeto da história, portanto, não são, ou não são mais, as estruturas e os mecanismos que regulam, fora de qualquer controle subjetivo, as relações sociais, e sim as racionalidades e as estratégias acionadas pelas comunidades, as parentelas, as famílias e os indivíduos (CHARTIER, 1994: 102).

Dentro deste mesmo movimento de questionamento do paradigma estruturalista, ressurgiam com considerável vigor discussões em torno da história política, que resultou na ampliação e no alargamento de alguns aspectos discutidos pela micro-história. Conforme afirmava René Rémond:

(...) a história política – e esta não é a menor das contribuições que ela extraiu da convivência com outras disciplinas – aprendeu que, se o político tem características próprias que tornam inoperante toda a análise reducionista, ele também tem relações com os outros domínios: liga-se por mil vínculos, por toda a espécie de laços, a todos os outros aspectos da vida coletiva. O político não constitui um setor separado: é uma modalidade da prática social. (...) Se o político deve explicar-se antes de tudo pelo político, há também no político mais que o político. Em consequência, a história política não poderia se fechar sobre si mesma, nem se comprazer na contemplação exclusiva de seu objeto próprio. Nem privilegiar um tipo de relação: não há, por exemplo, razão científica para estabelecer a uma ligação mais estreita do político com o econômico que com o ideológico, o cultural, ou qualquer outro termo de relação (RÉMOND, 2003: 35-6).

Neste processo de retorno da história política, provavelmente o paradigma estruturalista tenha sido o mais afetado, de modo especial em relação ao seu forte caráter determinista, que submetia a esfera do político à esfera econômica, afirmando que a superestrutura jurídico-política era determinada, em última instância, pela infraestrutura socioeconômica.

Outra consequência do domínio do paradigma estruturalista na historiografia, era a de que os atores individuais estariam ausentes ou seriam desconsiderados nas análises das formações sociais produzidas no período. Como bem observa Rémond:

Como uma desgraça jamais vem sozinha, e como o acontecimento em geral tem a ver com a ação dos indivíduos, o biográfico era para essa história o complemento e o corolário do circunstancial. A história política não concentrou sempre sua atenção em alguns personagens de prestígio, que se agitavam no prosaetrio e faziam esquecer as multidões laboriosas, combatentes, sofredoras? (...) Quanto aos historiadores que tivessem a fraqueza de ainda se interessar pelo político, e praticar essa história superada, fariam o papel de retardatários, uma espécie em via de desaparecimento, condenada à extinção, na medida em que as novas orientações prevalecessem na pesquisa e no ensino (RÉMOND, 2003: 17-9).

Transformações na historiografia percebidas já no final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980, quando a dimensão subjetiva e individual passava a ser tratada não como uma história menor e reducionista, mas como uma possibilidade de ampliação das formas de entendimento do humano. Como afirma Sabina Loriga, no bojo destas transformações:

(...) a atenção pouco a pouco se deslocou da atividade econômica e política [formal e institucional] do camponês ou do operário para a sua subjetividade e seu “vivido”. (...) A crise, de gravidade e de importância desiguais, da interpretação marxista, do modelo estrutural e da análise cliométrica estimulou a estender e a aprofundar a noção histórica de indivíduo. Decepcionados e insatisfeitos com o uso de categorias interpretativas predeterminadas, os próprios historiadores sociais, tradicionalmente mais atentos à dimensão coletiva da experiência histórica, começaram a refletir sobre os destinos individuais (LORIGA, 1998: 225-6).

É necessário, todavia, esclarecer que ao se apresentar, neste artigo, alguns momentos da crise do paradigma estruturalista, que não se está fazendo uma história evolutiva da historiografia. Não se pretende afirmar que ele, o paradigma estruturalista, foi totalmente superado e abandonado, assim como, também, não se pretende eleger a melhor teoria, mas apenas, reconhecer as disputas que ocorreram no interior da comunidade de historiadores. Como descreve a própria Loriga, por volta de 1985, quando

por ocasião de um congresso na Sorbonne, a biografia foi apresentada como algo que se podia admitir na falta de coisa melhor, como o sinal de um cansaço, e chegou-se a defini-la como ‘uma modesta ferramenta que ajuda a melhor observar ou a ilustrar as tendências longas, as estruturas. as forças de peso; em hipótese alguma ela poderia pretender tornar-se uma alavanca intelectual’ (LORIGA, 1998: 227).

Este processo, no Brasil, passou por momentos, discussões e críticas semelhantes. Entre as décadas de 1960 e 1970, preponderavam na produção historiográfica as grandes sínteses, como afirma Vavy Pacheco Borges:

(...) instala-se na produção brasileira de ciências sociais o uso de esquemas de luta de classes e transformações sociais, em particular a discussão sobre “revolução burguesa”, sobre a história do Brasil e modos de produção... muitas vezes empregados como modelos e/ou categorias prontas e ahistóricas, marcou a produção de história. O marxismo era a “ciência”, o resto era “história burguesa” (BORGES, 1991-1992: 13).

Entretanto, nos primeiros anos da década de 1980, uma nova historiografia tensionava e repensava alguns conceitos e interpretações, leituras consolidadas e tidos como “seguros”. Segundo Maria Helena Capelato, essa nova historiografia, ao analisar o período pós-1930,

(...) propõe um caminho inverso: privilegia as particularidades nacionais e os recortes mais específicos. Em lugar das grandes sínteses e das generalizações teóricas – que

certamente, trouxeram contribuições muito importantes para a compreensão do período -, os pesquisadores na área buscam hoje a “reconstituição histórica concreta” dos vários populismos. Nesse contexto, o varguismo ganhou destaque na produção historiográfica brasileira, mas a atenção se voltou, sobretudo, para a fase de 1930-1945; o Estado Novo aí se coloca como tema de principal interesse, principalmente para os que se dedicaram ao estudo de aspectos políticos e culturais dessa experiência (CAPELATO, 1998: 184).

A discussão sobre biografias entrava na esteira das novas reflexões impulsionadas, como já dito, pelo “retorno” da História Política e pela crítica ao paradigma estruturalista e macro-histórico. Dessa forma, as reflexões sobre as sociedades, em escalas distintas, contribuíram para que se reconhecesse na análise o grau de complexidade do social. Dentre os diversos suportes e gêneros de escrita de si, as biografias, as autobiografias, as cartas, os diários pessoais começaram a ser reconhecidos como fontes e objetos importantes na pesquisa em história.

Assim, as percepções e a abertura às novas e ampliadas leituras do social foram se processando. Essa abertura, no Brasil, é bem identificada por Borges, segundo ela:

Convidada, no início da década de 1980, para fazer uma “séria e completa” biografia de Vargas, recusei peremptoriamente por mais de uma vez: “Getúlio” (como sempre o chamávamos) suscitava-me pouca atração e eu percebia que sua enorme importância na política nacional me obrigaria a muitos anos de pesquisa somente a ele dedicados. Nos cursos que ministrava e em outras atividades nas quais estava envolvida fui me interessando pelo problema do papel do indivíduo na história. Examinei com os alunos a importância atribuída à figura de Vargas, que chegou a determinar periodizações de nossa história como os “Anos Vargas” e a “Era Vargas”. Em um curso, ao ministrar uma unidade sobre as biografias de G. Vargas, comecei a me enfronhar no campo teórico sobre a temática, me interessando cada vez mais em pensar o indivíduo, “a mais real das realidades”, procurando recuperá-lo de “perdido” que estava entre “classes” ou “estruturas” (BORGES, 2005: 211).

As tensões entre estrutura e indivíduo, entre as generalizações da macro-história e as particularizações da micro-história, a representatividade do individual ou mesmo a crítica à busca de regularidades têm centralizado os debates entre essas visões distintas de história. A incorporação de novos materiais de pesquisa acirrou os debates, especialmente os que buscavam ou lançavam um pouco de luz, mesmo que mais ofuscante, sobre o personagem individual.

A incorporação desses novos materiais produziu críticas, mas também fez com que se pensasse sobre as possibilidades de uso, seus limites, suas armadilhas, conforme afirma Ângela de Castro Gomes:

para o historiador, uma documentação construída com esses textos/imagens vem sendo reconhecida, cada vez mais, como legítima e valiosa, mas vem exigindo mudanças nos procedimentos de crítica às fontes. Fica descartada *a priori* qualquer possibilidade de se saber “o que realmente aconteceu” (a verdade dos fatos). O que passa a importar é qual a ótica assumida pelo documento e como é expressa por seu autor. Pode-se dessa forma, traçar estreitas relações, embora nem mecânicas nem imediatas, entre uma história das práticas culturais da escrita de si e uma história da História, que reconheceu novos objetos, fontes, metodologias e critérios de verdade históricos (GOMES, 2006: 98).

Considerando as discussões que levaram ao retorno do político e do biográfico, parece essencial perguntar especificamente sobre as biografias, na seguinte direção: O que podemos chamar de biografia? Como se caracterizam as biografias hoje, especialmente, em relação às suas formas anteriores?

Uma primeira definição pode ser encontrada no verbete *biográfica* de Chaussinand-Nogaret, no *Dicionário das Ciências Históricas* (BURGUIÈRE (org.), 1993, p. 95-7) que faz um pequeno histórico do conceito e das concepções do que era a biografia: no século XIX, conforme Littré: “espécie de história que tem por objeto a vida de uma só pessoa”. A partir de 1930, segundo o autor, a concebeu-se

recuperada como gênero histórico suscetível de tratamentos múltiplos, a biografia levava a uma existência paralela, à margem da nova história, que por seu lado, anexava novos territórios, deixava, algumas vezes em excesso, de ser fatal e elitista, interessava-se pelas massas, pelas pessoas de pouca importância, pelos marginais (CHAUSSINAUD-NOGARET, 1993: 96).

Ainda segundo o mesmo autor, mais recentemente, considerou-se a biografia como uma forma de produção do conhecimento histórico

cercada de todas as garantias de trabalho sério e preocupada em reconstituir, em toda a sua complexidade, os laços entre o indivíduo e a sociedade, apareceu, portanto, como um lugar de observação particularmente eficaz. (...) Os recentes progressos conseguidos nessa via [para o autor na direção de uma história “total”] mostram tudo o que se pode esperar de uma história biográfica que terá cessado de ser culto do herói, comemoração estéril ou conjunto respeitoso de imagens (CHAUSSINAUD-NOGARET, 1993: 97).

Sabina Loriga, recentemente, ao refletir sobre a relação problemática entre biografia e história, apresentava novos elementos que caracterizam a escrita biográfica:

É dessa aliança entre convicção política [na forma de tratamento dada por Carlo Ginzburg a Menocchio] e reflexão metodológica [desenvolvida por Giovanni Levi ao tratar de Giambattista Chiesa] que nasceu a ideia de utilizar os materiais biográficos de maneira agressiva, a fim de questionar certas homogeneidades fictícias (tais como a instituição, a comunidade ou a classe social) e de se debruçar, assim, **sobre as capacidades de iniciativa pessoal dos atores históricos** (LORIGA, 2011: 222). (Grifo meu)

No Brasil, Ângela de Castro Gomes ao analisar a emergência das práticas de produção de si – autobiografias, diários, biografias, recolhimento de cartões-postais, fotografias -, processo em curso, atualmente, afirma ser este

um espaço que dá crescente destaque à guarda de registros que materializem a história do indivíduo e dos grupos que pertence. Em todos esses exemplos do que se pode considerar atos biográficos, **os indivíduos e os grupos** evidenciam a relevância de dotar o mundo que os rodeia de significados especiais, **relacionados com suas próprias vidas**, que de forma alguma precisam ter qualquer característica excepcional para serem dignas de ser lembradas (GOMES, 2004: 11). (Grifo meu)

Também, Benito Schmidt, ao tecer reflexões sobre as fronteiras, aproximações e distanciamentos entre história e literatura, pondera:

Da mesma forma, também o historiador deve dar-se conta de que a biografia é sempre uma construção possível, entre tantas outras, a respeito de um personagem, e nunca “o” retrato definitivo. Neste sentido, precisa renunciar à busca de uma essência social ou psicológica que explique a trajetória examinada, para levar em conta as mudanças de rota, os percalços, os acasos, **os possíveis de cada existência** (SCHIMIDT, 2000: 201). (Grifo meu)

### ***A biografia Getúlio Vargas: o poder e o sorriso:***

Das inúmeras aproximações e semelhanças contidas nas citações acima, uma parece-me recorrente. A do afastamento, nos estudos biográficos, da perspectiva estruturalista e macro-histórica, substituída pela apresentação de percursos e trajetórias individuais relacionadas a um certo contexto histórico, em sentido amplo, mas que não é determinante, como uma camisa-de-força, quanto a um número limitado de possibilidades de ação dos indivíduos.

A escrita biográfica toma como elemento importante, portanto, as trajetórias individuais, mas não de modo isolado. Valoriza-se a trajetória formativa e intelectual, o ambiente político, as redes de sociabilidade do indivíduo, etc. A partir deste e de outros elementos busca-se *restituir*, na direção do que afirma Octávio Paz (1998), o mundo e a singularidade de nosso personagem. Busca-se nesta *restituição* o verossímil.

No entanto, na obra escrita por Fausto, a centralidade da análise não encontra-se em Vargas. Esta é uma característica pouco presente. Muitas vezes tem-se a sensação de que o livro não é uma biografia. Algumas passagens da biografia, talvez, ilustrem melhor o que se pretende criticar. Como por exemplo, sobre as transformações sociais no país:

Getúlio teve muito a ver com essas transformações, embora várias delas constituíssem **processos sociais que não podem ser personalizados**. Afinal, ele governou o país por mais de dezoito anos, de várias formas: como ditador, presidente por eleição indireta e presidente por eleição direta (FAUSTO, 2006: 12). (Grifo meu)

Parece que para Fausto, de alguma maneira as coisas já estavam dadas, determinadas pelos processos sociais e que não ocorreriam de modo muito diferente com ou sem a presença de Getúlio Vargas. Leitura comum em determinadas perspectivas historiográficas, mas que mais recentemente, como vimos, foram questionadas pelas discussões em torno do gênero biográfico de escrita. Colocando a questão de outra forma: será que nada da formação positivista, por exemplo, de Vargas interferiu ou influenciou sua perspectiva reformista social?

Apesar disso, no início da obra, Fausto tenha feito diversas indicações de possíveis discussões sobre o personagem, sua trajetória política e intelectual, não foi localizá-las ao longo da obra. Discussões, diga-se de passagem, que se fossem realizadas dariam boas pistas para tentar se compreender a complexidade da trajetória do biografado. Promessas de discussão como as seguintes:

Em torno de sua personalidade e de sua ação política, ergueram-se um culto e uma repulsa. O culto foi tecido com a imagem do homem que esteve à frente das transformações econômicas e sociais, como um nacionalista que resistiu aos trustes estrangeiros, como o primeiro estadista a vir em socorro dos “humildes”, implantando uma legislação trabalhista. A repulsa batia em teclas pessoais - a frieza, o caráter dissimulado - e em traços negativos do homem público, entre eles o autoritarismo, que atingiu sua forma plena no Estado Novo, e a manipulação assistencialista dos trabalhadores. (...) A origem regional de Getúlio foi também fonte das imagens opostas. As peculiaridades do Rio Grande do Sul foram associadas por muitos a uma série de virtudes, entre as quais a gestão mais limpa da coisa pública. (...) Para outros, entretanto, o Rio Grande era terra bárbara, semeada de violências perpetradas por bandos armados conduzidos por seus chefes. Daí saltou-se para a personalização: Getúlio, segundo seus inimigos, não passava de um caudilho dos pampas, e seu polimento não ia além de um enganoso verniz (FAUSTO, 2006: 12-13).

Ou como do trecho abaixo:

Quem foi esse homem, na definição de seus traços psicológicos, de sua vida familiar, de suas ideias e, principalmente, de suas ações políticas? Um ser dissimulado, que escondia seus propósitos e ambições, ou apenas um personagem reservado? Um homem acossado por ameaças reais e imaginárias, ou um governante seguro de seu poder? Um ditador fascista, ou um político pragmático que agia de acordo com as condições de sua época? Um benfeitor dos trabalhadores e dos “humildes”, ou um manipulador das grandes massas? As respostas a estas e muitas outras perguntas não são simples, mas trilhar o caminho da combinação das alternativas propostas, evitando o maniqueísmo, nos levará a conhecer melhor a figura de Getúlio (FAUSTO, 2006: 13).

Infelizmente, são questões não discutidas ao longo da obra. Nas breves e raras tentativas de relacionar o indivíduo Vargas, suas particularidades e complexidades a sua trajetória política, o autor afirma: “Para tentar entender a figura de Getúlio é preciso, pois, ter ao menos uma noção da “peculiaridade gaúcha”, que vem dos tempos da colônia e chega aos nossos dias” (FAUSTO, 2006: 14), muito embora não ocorra nenhuma análise mais profunda sobre como a “peculiaridade gaúcha” se relacionaria com a formação de Vargas.

Adiante na biografia, que segue uma cronologia linear, Fausto trata da família da Vargas e seus ascendentes: “A política, a história dos fastos familiares, desde cedo integrou a vida de Getúlio, de tal sorte que é preciso ceder, neste caso, à tentação das frases feitas, mas verdadeiras, para afirmar que a política estava em seu sangue” (FAUSTO, 2006: 22). Não mais que isso.

Sobre os primeiros anos de Getúlio em Porto Alegre para onde foi estudar, narra:

Dentre as pensões, destacava-se a de propriedade do “seu Medeiros”, onde Getúlio foi morar. Era uma vasta república de estudantes, que ali realizavam festas e também reuniões políticas. Nesse meio ele construiu sociabilidades e relações que, em sua grande maioria, duraram a vida inteira (FAUSTO, 2006: 24).

Embora o autor tenha mencionado, rapidamente, que a pensão do “seu Medeiros” tenha sido o local de construção das sociabilidades e relações estabelecidas pelo estudante Getúlio, não são apontadas na biografia as possíveis influências que estas relações teriam produzido ou marcado de alguma forma a sua trajetória.

Sobre as ligações de Getúlio Vargas com o Partido Republicano Riograndense (PRR) e sua participação no Bloco Acadêmico Castilhistas, fica-se esperando a revelação de algo que conduza a um melhor entendimento do personagem, mas tem-se apenas registros pouco explorados:

A atividade de Getúlio no bloco castilhistas impressionou Borges de Medeiros, tanto por seus escritos quanto por sua oratória. Depois de concluir os estudos, ele obteve das mãos do chefe do PRR a nomeação para o cargo de promotor público, e logo a seguir a indicação como candidato à Assembleia de Representantes, como era chamada então a Assembleia Legislativa (FAUSTO, 2006: 26).

Após a vitória de Getúlio Vargas, com o movimento de outubro de 1930, Fausto explicou de modo genérico a sua tendência centralizadora, segundo ele, ela estaria relacionada ao positivismo e às necessidades conjunturais. O que para o autor, era suficiente como explicação, afirmando apenas que:

A principal marca distintiva do governo Vargas no plano institucional, desde os primeiros tempos, foi a centralização do poder. A crença nas virtudes de um Executivo forte vinha da ideologia positivista, na versão PRR, que Getúlio absorvera com convicção. E se reforçava com as necessidades impostas pela conjuntura (FAUSTO, 2006: 46).

Sobre a inclusão dos trabalhadores nas políticas de Estado através da legislação trabalhista, o autor prefere não incorporar discussões mais recentes em torno da complexidade do trabalhismo, optando por explicações genéricas ao afirmar que:

A política trabalhista de Getúlio deu origem a vários mitos e a uma ampla discussão. O mito mais poderoso é o da doação da legislação do trabalho pelas mãos de um presidente e benfeitor, que tinha legitimidade para receber em troca fidelidade e apoio por parte da grande massa. Na verdade, o mito da doação apaga, deliberadamente, um período de lutas das classes populares que antecedeu o governo Vargas em pelo menos quarenta anos. Vale lembrar, contudo, que essas lutas, restritas na sua amplitude, salvo em raros momentos, lograram pouco ou nenhum êxito. No plano sindical, cabe considerar a questão do controle estatal das organizações. O governo Vargas impôs um modelo autoritário-corporativo que deu origem a um sistema subserviente e corrupto, do qual os pelegos formam a expressão mais típica. Os males dessa organização perduram, em vários aspectos, até os dias atuais (FAUSTO, 2006: 51-2).

Em 1935, quando da Revolta organizada pela Aliança Nacional Libertadora (ANL) e o Partido Comunista do Brasil (PCB), Fausto assinala: “Seja como for, Getúlio deixou que a revolta fosse tramada, certo de que teria condições de liquidá-la e tirar vantagem da situação para ganhar ainda mais poder” (FAUSTO, 2006: 73). Curiosamente, o autor reforça uma imagem recorrente em diversas biografias (STEFFENS, 2008) de uma capacidade premonitória de Getúlio, e não explicada, e que na direção da construção de uma mitologia política, lhe é muito favorável.

Sobre o Estado Novo, Fausto recorreu, novamente, ao poder das circunstâncias, estruturalmente determinadas:

os vários setores da classe dominante ansiavam pela ordem; o aparelho militar e civil formava um bloco homogêneo; a grande maioria da elite política preferia a ditadura ou se conformara com ela; a frágil organização independente dos trabalhadores desaparecera, enquanto crescia nos meios populares o prestígio de Getúlio; a esquerda – para a qual o Estado Novo começara em 1935 – fora praticamente arrasada (FAUSTO, 2006: 80).

Numa perspectiva predominantemente econômica o autor explica o surgimento do Estado Novo como resultado de uma nova faceta de Getúlio, o nacionalismo. Se não um nacionalismo declarado, era possível percebê-lo através de diversas medidas que favoreceram

o crescimento da indústria nacional em índices elevados. Muito embora, não se explique o início desta perspectiva nacionalista em Vargas. De acordo com Fausto:

O incentivo à industrialização foi muitas vezes associado ao nacionalismo, mas Getúlio evitou mobilizar a nação numa cruzada nacionalista e tergiversou na aplicação de algumas medidas previstas na Carta de 1937, como as que determinavam a nacionalização progressiva das minas, jazidas e quedas-d'água, dos bancos e companhias de seguro. (...) Os casos da indústria do aço e do petróleo são elucidativos das decisões de Getúlio, e, mais ainda, no caso da siderurgia, da sua percepção de que o desenvolvimento da indústria básica, retórica nacionalista à parte, dependia de investimentos estrangeiros públicos ou privados, dada a exiguidade da poupança interna. A instalação de uma indústria do aço, insistente reivindicação da cúpula militar, foi um tema que ganhou atualidade, com a eclosão da Segunda Guerra Mundial (FAUSTO, 2006: 108-9).

Sobre a relação do governo com a população neste contexto e do papel assumido por Getúlio Vargas no Estado Novo, o autor afirma:

Getúlio inaugurou no Brasil as presidências carismáticas, [uma] forma peculiar de poder baseada na capacidade real ou imaginária de um líder, que cria uma relação direta, maior ou menor, com seus liderados. (...) Os regimes democráticos não podem prescindir do carisma como recurso de poder, por duas razões básicas. Em primeiro lugar, pela existência em determinadas sociedades, entre as quais se inclui a brasileira, de uma cultura política em que tem relevância a sempre presente expectativa da ação de um herói salvador, eleito ou consagrado, atendendo a aspirações das camadas mais carentes, mas não só delas. Depois, porque o carisma se tornou um instrumento valioso, na medida em que a sociedade de massas combinou-se com a emergência da sociedade do espetáculo, para usar uma expressão banalizada, mas verdadeira (FAUSTO, 2006: 121).

Sobre o episódio da renúncia de 29 de outubro de 1945, o autor também foi sintético, apresentando-o assim:

Ao cair da noite de 29 de outubro, teve início no Rio de Janeiro um movimento das forças do Exército, sob o comando do general Alcio Souto, que tomaram posições estratégicas e cercaram o Palácio Guanabara. Dutra foi expor ao presidente a gravidade do quadro militar. Getúlio dispôs-se a voltar atrás na nomeação de seu irmão [“Bejo” Vargas, nomeado chefe de polícia do Distrito Federal] e a nomear para o Ministério da Guerra um general indicado por Dutra. Este, por sua vez, procurou Góis Monteiro, que recusou a proposta, ficando decidida, pela cúpula militar, a deposição do presidente. (...) Passava um pouco da meia-noite quando Getúlio assinou o ato formal de renúncia. Logo depois, o general Góis apressou-se em esclarecer, numa série de declarações, que a decisão de depor o presidente, na qual ele tivera o papel mais relevante, não partira da oposição civil, mas do alto comando do Exército. (FAUSTO, 2006: 154-5).

A respeito da volta de Getúlio à presidência da República, o autor analisa reutilizando uma interpretação macro-histórica, dos níveis de urbanização das cidades do país. Em áreas mais urbanizadas, segundo ele, o apoio a Getúlio tenderia a ser maior, mais pelas novas

características produzidas para estas transformações no meio urbano, do que por outras razões não especuladas:

Mas foi nítido o apoio a Getúlio nas grandes áreas mais urbanizadas do país, onde se concentravam as grandes massas de trabalhadores. Na capital da República e no estado de São Paulo, o candidato trabalhista alcançou em torno de 65% dos votos. Essa votação em São Paulo, era particularmente expressiva. (...) A verdadeira reviravolta [da grande votação em São Paulo] resultava das transformações econômico-sociais que vinham ocorrendo em grande escala em São Paulo. O desenvolvimento econômico atraía para o estado grandes levas de migrantes das pequenas cidades de Minas e do Nordeste e de trabalhadores do campo. Além disso, resultara na prosperidade de pequenos e médios industriais e comerciantes, que atribuíam sua ascensão à política de Getúlio (FAUSTO, 2006: 165).

Quanto às dificuldades de Vargas governar neste segundo período, Fausto avalia:

Mas os tempos não eram de serenidade. Setores militares e civis acusaram Getúlio de ceder aos interesses dos trustes estrangeiros, e surpreendentemente a UDN resolver capitalizar a onda nacionalista, declarando-se favorável ao monopólio estatal. Essa atitude não pode ser vista apenas como oportunismo político, por revelar, ao mesmo tempo, a força da ideologia nacionalista nas condições da época. A campanha do petróleo ganhou as ruas, com o apoio de setores trabalhistas e dos comunistas, estes agora martelando a tese de que Getúlio demonstrava, uma vez mais, não passar de um “lacaio do imperialismo”. Pelo seu ímpeto e seu caráter multiclassista, a chamada luta pelo petróleo demonstrou que os ideais nacionalistas eram um instrumento capaz de mobilizar a nação com uma amplitude que movimentos baseados em reivindicações de classe jamais conseguiram lograr (FAUSTO, 2006: 171).

No transcorrer do governo, o isolamento de Getúlio aumentava, perdendo, segundo o autor, apoio de setores importantes da sociedade:

a partir do início de 1953, quando o governo realizou várias modificações na política cambial, surgiram também divergências entre setores econômicos e no âmbito das associações industriais acerca do conteúdo das medidas. A FIESP, mais próxima do governo e que até fins de 1952 mantivera seu apoio à CEXIM, passou a criticar a importação de produtos supérfluos. (...) Na FIRJ, ganhou força um grupo de industriais contrário à intervenção governamental na política econômica e francamente simpático ao ingresso de capitais estrangeiros. Desse modo, desenhavam-se fissuras no apoio dos empresários industriais a Getúlio, fissuras que se tornariam mais graves no curso de 1954 (FAUSTO, 2006: 175).

Aproximando-se da crise que teria como desfecho a renúncia, Fausto afirma:

A inclinação de Getúlio no sentido de atrair os trabalhadores, arrostando as inquietações e oposições militares, a perda de prestígio junto à classe dominante e a classe média profissional, lembra, com as devidas diferenças de conjuntura, a aproximação com o quererismo. Ambas as opções eram um erro estratégico e resultaram do fracasso. O comportamento de Getúlio nesses momentos cruciais desmente, assim, um dos estereótipos mais duradouros sobre a sua personalidade: a capacidade de manobrar e de mediar conflitos, em quaisquer circunstâncias (FAUSTO, 2006: 185-6).

E, finalmente, sobre o suicídio:

O suicídio foi um grande e último gesto político de Getúlio, mas foi também, no plano pessoal, um gesto dramático que às vezes se tende a esquecer, como se a imagem fria e calculista de Getúlio se sobrepujasse à de um homem acossado por dúvidas existenciais, como mostram suas referências à alternativa do suicídio, em momentos críticos, desde os anos 30 (FAUSTO, 2006: 191).

Parece-me que as diversas citações acima têm um núcleo comum, presente em toda a biografia escrita por Boris Fausto: a inexpugnável prisão ao contexto, às conjunturas e às estruturas. Desde o nascimento de Vargas o que determina suas características pessoais é apenas o lugar em que ele nasceu, um ambiente rural, marcado por disputas políticas e que não raro levavam ao combate sangrento.

Não nego, de forma alguma, a importância do contexto, mas provavelmente existiram outros aspectos de interferiram na formação e na trajetória de Vargas. Não são discutidas ou problematizadas, por exemplo, a questão das amizades, das inimizades, das leituras e da formação e produção intelectual. Se os elementos apontados não interferem na formação do indivíduo Getúlio, o que explicaria sua trajetória peculiar e não, por exemplo, a de seus irmãos, Viriato e Benjamin.

Além disso, no transcorrer da obra não são levantadas hipóteses sobre outras atitudes, no mínimo discutíveis de Getúlio: o que explicaria a aproximação com os integralistas e, depois, à época do *queremismo*, com Luís Carlos Prestes? O que explicaria a aproximação de Vargas, no segundo governo, com uma política mais próxima da socialdemocracia e menos nacionalista do que se apregoava?

Ao longo da biografia há uma série de perguntas não feitas ou tangenciadas. Nem mesmo a fatídica pergunta: o que, do ponto de vista do indivíduo Vargas, o levou ao suicídio? Evidentemente que são perguntas de difícil resposta, mas para as quais não se levantam hipóteses. Mas, não deixa de ser curioso, que mesmo em biografias escritas anteriormente, existiram tentativas de se explicar, hipoteticamente, claro, as possíveis razões da medida extrema tomada por Vargas.

A sensação de se estar diante de um livro que era muito mais uma síntese do período, e que fora escrito com este objetivo, do que propriamente uma biografia, ou como chamei, de uma *biografia sem ninguém*, ganhou força também em razão de não existir no volume nenhuma referência à obra como uma biografia. Os diversos livros lançados pela coleção (Maurício de

Nassau, Castro Alves, Pedro I, Pedro II) pertencem à série *Perfis brasileiros*, e no volume sobre Getúlio Vargas, na ficha catalográfica constam os seguintes indexadores: Brasil – História – República Velha, 1889-1930; Brasil – História – 1930; Vargas, Getúlio, 1883-1954.

Além disso, outro elemento jogou-me ainda mais na direção da consideração de que o livro não pretendia ser uma biografia, o que explicaria, em boa parte, a ausência da análise e interpretação sobre o personagem/pessoa Getúlio Vargas: o fato de constar, curiosamente, no livro um pequeno subcapítulo intitulado *Um intermezzo quase pessoal* (p. 82-88) no qual, destoando da obra, são tratados aspectos pessoais de Vargas. Neste subcapítulo Fausto trata brevemente das relações de Getúlio com sua esposa, D. Darcy, de seus incômodos com a guarda pessoal, de sua predileção pelo Jockey Club e pelo golfe e dos casos amorosos extraconjugais.

Como disse, na medida em que a leitura da obra avançava, crescia a dúvida sobre se Boris Fausto pretendia de fato escrever uma biografia ou se buscara outra modalidade de escrita. Essa dúvida fez com fossem procuradas resenhas, reportagens sobre o lançamento do livro e entrevistas com o autor que fornecessem alguma pista sobre qual fora sua intenção ao escrever esta obra.

Encontrei inúmeras reportagens e comentários, que não chegavam a ser resenhas sobre a obra, todos eles caracterizando-a, sem espaço para dúvidas ou questionamentos, como uma biografia. Das falas sobre o tema a mais significativa foi a do próprio autor, para o livro *Leituras críticas sobre Boris Fausto* (GOMES, 2008). Perguntado sobre a experiência e o desafio de escrever a biografia *Getúlio Vargas*, afirma:

Como fui escrever o livro? Vou contar brevemente. A Companhia das Letras resolveu fazer uma série perfis brasileiros e, um dia, a Lili me telefona e diz: “Nós vamos fazer um negócio assim e assado, você não quer pensar em escrever uma biografia de Getúlio?” Eu falei: “Não quero pensar. Aceito.” Porque uma das minhas vontades, que nunca se realizou, foi escrever uma biografia, mas daquelas grandes, buscando toda documentação existente. Cheguei a fazer um projeto que no fim, não se concretizou. Quando apareceu a oportunidade de escrever uma biografia de forma sintética, usando documentação secundária e tentando estabelecer alguns *issues* centrais, pensei: “Está perfeito para mim. Se vou fazer bem ou não, é outra história, mas vou tentar.” E escrevi meio rapidamente, porque Lili tinha pressa, pois queria lançar o *Getúlio* junto com outros livros. Ela achava que o doutor Getúlio era um personagem de peso na linha de frente, como de fato é. Todo mundo diz: “Esse é um personagem complexo, fazer sua biografia é coisa complicada...” Pode ser que não tenha saído bom; agora, não foi difícil. Escrever uma história de Getúlio, com quem eu convivi desde a sala de aula do curso primário – quando olhava para a parede, lá estava o retrato do velho -, acabou sendo também uma incursão na memória e um prazer (GOMES, 2008: 171).

De alguma forma, a entrevista ajuda na compreensão de certos detalhes da produção da obra. Primeiro, a opção pelo uso, do que Fausto chama, de fontes secundárias, em especial, do *Diário de Vargas*, obra organizada por Alzira Vargas, filha do Getúlio, e bem definida por Ângela de Castro Gomes (1996) como “a guardiã da memória”. Conforme Gomes, Alzira Vargas sempre teve o cuidado de manter

(...) uma certa interpretação dos principais eventos que envolveram a figura do pai (e dela mesma), elegendo estruturas narrativas que se repetem, alterando-se de forma apenas secundária. Assim, ela sustenta uma mesma versão de acontecimentos, da ação de personagens e do sentido de conjunturas políticas ao longo de todo o depoimento que, cotejado com o texto do livro e também com o de várias entrevistas, apresenta uma extrema convergência. Se tal característica remete à existência de um discurso “fechado”, que precisa ser questionado e testado pelo historiador, remete igualmente a um solo fértil para reflexões sobre o modo de pensar e atuar da depoente, o que certamente foi sendo decantado ao longo do tempo (GOMES, 1996, p.17-30).

Provavelmente a pressão do prazo, determinado pelas exigências da editora para a publicação, explicam certas opções, mas não justificam outros tantos descuidos na construção da biografia.

Finalmente, um último ponto neste exercício, nesta pretensão de análise em torno da obra *Getúlio Vargas*, de Boris Fausto, diz respeito à identificação, e que me surpreendeu, do uso de um recurso, comum em outras biografias, do acerto de contas com algum personagem paralelo, com algum desafeto, ao alguém que represente um projeto político distinto.

Para ilustrar, cito alguns exemplos: em 1943, Paul Frischauer, escritor austríaco, contratado pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) para escrever a biografia *Presidente Vargas*, acertou as contas, provavelmente em nome de Getúlio, com, dentre outros desafetos, Borges de Medeiros; “Alzirinha” (1960), em *Getúlio Vargas, meu pai*, fez o acerto com vários personagens, dentre eles, Góis Monteiro e Francisco Campos; Carlos Heitor Cony (1974), em plena ditadura, cutucou os militares.

Boris Fausto, de modo inusitado, recorreu a estas armas. No capítulo intitulado *Getúlio após a morte*, ao que parece, tentou acertar dois coelhos com um tiro apenas: o primeiro coelho foi a tentativa de aproximar o governo de Fernando Henrique Cardoso ao governo de Lula; o segundo, busca atribuir a Leonel Brizola certa intransigência e natureza autoritária. Afirma o autor sobre os prováveis herdeiros de Vargas:

Ao perder a legenda a que estava historicamente associado, **Brizola** fundou o Partido Democrático Trabalhista (PDT), do qual foi o **cacique-mor**, afastando todos aqueles que lhe fizeram sombra. Sempre fiel ao ideário getulista, **combateu acicamente, em nome do nacional-desenvolvimentismo, a política econômica dos governos de**

**Fernando Henrique e Lula.** Foi um dos raros políticos que não fizeram qualquer ressalva a Getúlio, a ponto de **ir pessoalmente colocar flores em seu túmulo todos os anos, no aniversário da implantação do Estado Novo** (FAUSTO, 2006: 199). (Grifo meu)

É uma verdade corrente entre os historiadores a de que somos filhos do nosso tempo e de que somos influenciados pelos debates contemporâneos, inclusive e especialmente pelos debates políticos. Mas interpretar que FHC e Lula tiveram governos semelhantes é, no mínimo, uma tentativa deliberada de jogar fumaça sobre as profundas diferenças entre ambos. Surpreende-me, também, a fidelidade quase canina devotada ao príncipe dos sociólogos por seus amigos de governo e de universidade.

Mas, enfim, para não perder a oportunidade do debate, cito a reflexão feita modo peremptório por Márcio Pochmann (2013: 41):

Após a redemocratização houve dois grandes projetos em disputa e com experiências concretas de governo. Um deles é o neoliberal, iniciado no final do governo Sarney que se fortalece com Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. A partir de 2003, com Lula, emerge outro projeto, o desenvolvimentismo. Se antes o Estado era visto como o principal responsável pelos problemas da Nação, ele passa a ser visto como parte da solução. Há um discurso que simplifica demais o debate eleitoral, apresentado como uma mera disputa entre personalidades. O que há de fato é uma disputa entre diferentes projetos de nação.

E no caso de Brizola, para não falar do inesperado da referência, afirmações maledicentes sobre um líder popular, para o bem ou para o mal, que teve uma trajetória pessoal e política, no mínimo interessante, e que vem sendo analisado de maneira mais adequada por historiadores como Jorge Ferreira, mesmo de modo paralelo ao de outros personagens, como no caso, Jango, é algo impensado vindo de quem veio.

### **Considerações Finais:**

Da biografia analisada fica a impressão de que o autor não incorporou uma série de discussões importantes sobre a renovação da História Política, sobre as aproximações e distanciamentos entre a escrita literária e a escrita da história e sobre as discussões a respeito das biografias, sua nova significação para a produção do conhecimento histórico.

Com o intuito de entender a ausência de considerações sobre a escrita biográfica e as novas discussões teórico-metodológicas acima assinaladas, poder-se-ia opor a pressão dos

prazos e da editora sobre o autor, o que não justifica, contudo, que tais vicissitudes tenham pesado sobre os ombros de historiador tão importante, reconhecido e renomado como Boris Fausto. Talvez, o resultado da obra envolva, conjuntamente, as razões acima inferidas.

Ironicamente, a sensação que fica com a leitura da obra escrita por Fausto é a de que a biografia não é possível de ser realizada, e que a história continua a ser dominada pelo movimento das estruturas políticas e sociais, em detrimento de qualquer possibilidade de ação individual e do acaso. O que temos ao final é, como chamei, uma biografia sem ninguém.

**Referências Bibliográficas:**

- BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e misérias da biografia. In: PINSKY, Carla (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 203-233.
- BORGES, Vavy Pacheco. História e Política: laços permanentes. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 12, n. 23/24, set. 91/ago. 92, pp. 7-18.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. Estado Novo: Novas Histórias. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 2ª edição. São Paulo: Contexto, 1998, p. 183-213.
- CHARTIER, Roger. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 7, n.13, 1994, p. 97-113.
- CHAUSSINAND-NOGARET, G. Verbete biográfica. In: BURGUIÈRE, André (org.). *Dicionário das Ciências Históricas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993, p. 95-97.
- CONY, Carlos Heitor. *Quem Matou Vargas*. 3 ed. rev. e ampliada. SP: Ed. Planeta, 2004.
- FAUSTO, Boris. *Getúlio Vargas: o poder e o sorriso*. São Paulo: Cia das Letras, 2006.
- FERREIRA, Jorge: *João Goulart: uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- FRISCHAUER, Paul, PEDREIRAS, Brutus, SILVA, Mário da. *Presidente Vargas: Biografia*. 2 ed. Rio de Janeiro: Cia Ed. Nacional, 1944, 423 p. [1ed. 1943]
- GOMES, Ângela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.
- GOMES, Ângela de Castro. Escrita de si, escrita da História. *REVISTA DE HISTÓRIA DA BIBLIOTECA NACIONAL*. Ano 1, n. 9, abril, 2006, p. 98.
- GOMES, Ângela de Castro. A guardiã da memória. *Acervo — Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v.9, n 1/2, p. 17-30, jan./dez. 1996.
- GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores*. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.
- GOMES, Ângela de Castro. História e historiografia de *A Revolução de 1930*. In: \_\_\_\_\_ (org.) *Leituras críticas sobre Boris Fausto*. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008, p. 13-48.
- CONY, Carlos Heitor. *Quem Matou Vargas. 1954: uma tragédia brasileira*. Rio de Janeiro: Edições Bloch, 1974.

- FRISCHAUER, Paul. *Presidente Vargas: Biografia*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1944, 423 p. [1ª ed. 1943]
- LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998, p.225-249.
- LORIGA, Sabina. *O pequeno X: da biografia à História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- PAZ, Octavio. *Sóror Juana Inés de la Cruz: as armadilhas da fé*. São Paulo: Mandarim, 1998.
- PEIXOTO, Alzira Alves do Amaral. *Getúlio Vargas, meu pai*. 2ª ed. Porto Alegre: Ed. Globo, 1960. [1ª ed. 1960].
- POCHMANN, Márcio. 2014 já começou. *Carta Capital*, Ano XVIII, n 737, 27 de fevereiro de 2013, p. 40-42.
- RÉMOND, René. Uma história presente. In: \_\_\_\_\_ (org.). *Por uma história política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003, p. 13-36.
- SCHMIDT, Benito Bisso. Biografia: um gênero de fronteira entre a História e a Literatura. In: RAGO, Margareth; GIMENES, Renato A. de Oliveira (orgs.). *Narrar o passado, repensar a história*. Campinas, SP: Unicamp, IFCH, 2000, p.193-202.
- STEFFENS, Marcelo Hornos. *Getúlio Vargas biografado: análise de biografias publicadas entre 1939 e 1988*. Orientadora Profa. Dra Kátia Gerab Baggio. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2008. Tese de doutorado.